

## Perspectivas arquivísticas em centros de memória

**Amanda Carvalho dos Santos**

*Historiadora e documentalista do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade.*

*Bacharela e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).*

*E-mail: [acsntos@gmail.com](mailto:acsntos@gmail.com)*

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5116348735278345>*

### Resumo

Tendo como foco de estudo os centros de memória, o presente artigo tenciona apresentar as principais configurações, usos e significados dos conjuntos documentais de natureza arquivística custodiados nesses espaços, e a possibilidade de (re)configuração do documento arquivístico nesse contexto. São analisadas as características da formação e institucionalização dos centros de memória, e os desafios encontrados no processamento técnico dos seus acervos arquivísticos, que tem como principal particularidade uma composição colecionadora e heterogênea. O presente ensaio teórico faz parte de um processo de pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e tem como principal fio condutor analisar o papel dos arquivos quando inseridos em centros de memória, ressaltando a importância da perspectiva arquivística no âmbito do processo de organização desses acervos.

**Palavras-chave:** Centros de Memória. Tratamento de acervos. Coleções arquivísticas.

### 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de memória, ou seja, de rememorar o passado, é o que impulsiona a construção de uma narrativa histórica, que por sua vez, tem nos arquivos e bibliotecas uma espécie de suporte para essa construção.

Para garantir a recuperação da memória, são necessários diversos mecanismos de reavivamento e cristalização da mesma, como os monumentos, comemorações, museus, bibliotecas, arquivos, entre outros. Para Nora (1993), esses “lugares de memória” podem ser entendidos como materiais ou imateriais, e surgem da necessidade

de preservar uma memória que já não é mais espontânea, ou seja, que precisa de instrumentos externos que a preserve e lhe dê sentido.

Nesse sentido, a relação memória-história-arquivo também é percebida na constituição das chamadas instituições de memória, ou seja, entidades que tomam pra si a responsabilidade de preservar sua memória através da composição de uma história que a legitima. Entram em cena os museus, bibliotecas e centros de documentação e de memória, espaços que tem por objetivo a reunião de acervos que podem servir de referência para a construção e disseminação de conhecimento, e também para manter viva uma ideia subjetiva de passado.

Esses lugares de memória estão diretamente relacionados à construção de uma memória nacional. No entanto, para se consagrarem como tal, precisam ser revestidos de significados simbólicos, geralmente de exaltação patriótica e de definição de identidades nacionais, servindo, sobretudo, a criação de uma ideia de unidade. Essa identificação simbólica está calcada numa relação de poder que define qual memória (ou que lugar de memória) deve ser recuperado e qual deve ser esquecido, estabelecendo uma espécie de controle de determinados grupos sociais sobre outros.

Essa construção de sentidos também é notória nos arquivos, espaços que contribuem para o estabelecimento de um *status quo*, isto é, são lugares de preservação documental estabelecidos por interesses políticos, sociais e culturais, para a construção e manutenção de uma memória nacional.

Podemos concluir, de forma simplista, que os documentos como um todo, incluindo os documentos de arquivo, não possuem valor histórico por si mesmos, mas possuem características funcionais e simbólicas que lhe são atribuídas. Essa “avaliação”, que é fruto de uma construção social, determina a posição desses objetos como “lugares de memória”. Ou seja, como bem aponta Assman (2001), o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido.

## 2 CENTROS DE MEMÓRIA: DEFINIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Um ponto em comum nas literaturas e estudos sobre centros de memória e documentação é que os mesmos não possuem uma clara definição. No entanto, podemos identificar algumas características comuns quando se estuda a composição dessas instituições culturais, como por exemplo, a heterogeneidade da documentação e a necessidade de uma temática que norteie a constituição desses acervos.

Para Camargo (1999), os centros de memória podem ser entendidos como “uma unidade informacional, voltada para geração de informações e para organização de fontes de pesquisa”. São espaços que reúnem profissionais de diversos campos de formação e que apresentam como característica fundamental uma proposta de trabalho que envolve reunião, preservação e organização de arquivos e coleções e de conjuntos documentais diversos, reunidos através de critérios próprios e associados ao valor histórico e informativo do documento.

Seguindo essa mesma definição, Tessitore (2002) observa que os centros de documentação e memória possuem características de museus, bibliotecas e arquivos, e que sua composição geralmente é feita por doação, permuta ou recolhimento obrigatório. Segundo a autora:

[...] documentos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e referências sobre uma área específica da atividade humana ou da natureza, documentos e referências que podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e /ou museu. Trata-se, portanto, de um órgão colecionador e / ou referenciador (quando só referencia dados em fichas ou computador). Sua finalidade é a informação cultural, científica, funcional, jurídica ou social especializada, o apoio à pesquisa; seu objetivo é informar, mas pode ser também instruir e provar. O processamento técnico de seu acervo se dará segundo a natureza do material: de arquivo, biblioteca ou museu. (TESSITORE, 2002, p.6).

Qualquer que seja seu domínio de interesse, um centro de memória se caracteriza, sobretudo, pelo seu acervo heterogêneo, de diversos suportes e que abriga características arquivísticas, bibliográficas e museológicas. Como aponta Barbanti (2015), é um dispositivo que convive com materiais característicos (documentos

textuais, livros, impressos, catálogos, documentos eletrônicos e objetos tridimensionais) de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Sendo assim, mesmo não havendo uma definição específica e totalizante que os caracterize, podemos entender os centros de memória como espaços de custódia e difusão de saberes, ou como núcleos culturais de formação, preservação e transmissão de um patrimônio cultural composto por conjuntos documentais diversos, reunidos sob o critério do valor histórico e informativo em torno de determinados temas ou de períodos da história.

Vale ressaltar também que os centros de memória não se limitam a preservação documental, podendo desenvolver outras atividades, como programas de história oral, projetos de pesquisa, promoção de cursos e eventos em geral, consultorias técnicas em outras entidades e etc. A implantação dessas atividades vai depender somente da disponibilidade de recursos técnicos e humanos que possibilitem tais iniciativas.

No que tange seu contexto de constituição, a partir da década de 1980, houve um notório crescimento quantitativo dos centros de memória no Brasil, decurso que se desenvolveu em meio ao processo de redemocratização do país. Esse fato está diretamente ligado à conjuntura política e social brasileira daquele momento, que revelava a emergência de ações visando à preservação da cultura e da identidade das organizações.

Dessa forma, os centros de memória foram cada vez mais usados e absorvidos por diversas entidades como universidades, empresas e órgãos públicos em geral. Essas instituições voltam-se para a constituição da sua própria história, entendendo que a preservação dessas informações pode servir como um capital de conhecimento através da composição de uma memória institucional e coletiva.

Para traçar um panorama dos centros de memória no Brasil, Camargo e Goulart (2015) utilizaram algumas categorias de observação que, segundo as autoras, ajudam a entender a composição e os objetivos desses espaços de preservação. No decorrer desse artigo serão destacadas algumas dessas características, entendidas como essenciais para o processo de constituição de um centro de memória e a composição e uso dos seus acervos, são elas: objetivos e missão, acervos, acesso e uso.

Os objetivos de um centro de memória, de maneira geral, fazem referência à guarda e preservação do patrimônio histórico representativo de seu tema de interesse, através da disseminação de informações e da difusão do legado cultural dessas organizações. Além de proporem um resgate da história das empresas em que se inserem, a documentação armazenada nos centros de memória também podem ser consideradas uma ferramenta de gestão, pois produzem informações relevantes para a comunicação organizacional das empresas constituidoras desses espaços.

Sobre os acervos, é comum aos centros de memória a custódia de documentos reunidos através do cumprimento de determinadas funções e atividades da instituição que lhe deram origem, assim como a formação de conjuntos documentais heterogêneos, nos quais se percebem as marcas de seleções feitas anteriormente, a partir de critérios variados. Como afirma Camargo e Goulart (2015):

Há documentos de todos os gêneros: textuais, audiovisuais, sonoros, iconográficos, além de objetos e artefatos. No caso de organizações que produzem para o varejo, o centro de memória costuma incorporar embalagens e material de divulgação e propaganda de diversos tipos e formatos. Mas há também documentos representativos de outras atividades: maquetes e plantas; boletins de circulação interna; relatórios de prestações de contas; relatórios de sustentabilidade; troféus, medalhas e placas de homenagem; notícias e reportagens fotográficas relacionadas a eventos importantes. (CAMARGO, GOULART, 2015, p.71).

Também é bastante comum a presença de documentos advindos de programas de história oral, onde o entrevistado, muitas vezes, contribui doando seu arquivo, ou parte dele, para o centro de memória, como uma espécie de reforço do seu testemunho. Além da guarda de documentos técnicos e especializados, que servem tanto para apoio às atividades da organização como para a elaboração de uma memória técnica. Como cita Célia Camargo:

Projetos próprios de produção de fontes orais são indispensáveis à consistência e a organicidade das informações colocadas em disponibilidade para a consulta. Muitas vezes, sem o cuidado devido ou sem o pessoal preparado para essa função, mantem-se bancos de depoimentos que, na verdade, são “colchas de retalhos”, formadas por resíduos de pesquisas isoladas. (CAMARGO, 1999, p. 61).

Desse modo, podemos afirmar que uma característica marcante sobre a composição dos acervos de um centro de memória está na heterogeneidade dos conjuntos documentais custodiados. Segundo Camargo e Goulart (2015), essa reunião pode ser entendida como uma consequência direta de um grande problema encontrado nessas instituições: a falta de uma política de acervo que contemple as três áreas. Segundo as autoras, não é comum em centros de memória a formalização de uma política documental, o que ocasiona o recolhimento de acervos através de uma identificação arbitrária dos profissionais e gestores desses centros.

Essa problemática das três áreas também vai ser percebida no tratamento documental realizado por essas instituições, o que vai afetar diretamente o acesso e uso da documentação preservada. Camargo (2015) ressalta que os centros de memória são entidades cujas funções específicas divergem, por exemplo, dos arquivos, que nascem em decorrência das ações praticadas por pessoas físicas e jurídicas ao longo de suas respectivas trajetórias, e de museus e bibliotecas, que possuem funções pré-determinadas ligadas, sobretudo, ao lazer e às práticas culturais.

No entanto, para Smit (1993), as chamadas “três marias<sup>1</sup>” diferem essencialmente pela função atribuída aos documentos que compõe seu acervo, mas se assemelham nos objetivos que levam a essa composição, já que as três áreas trabalham com a informação proveniente de suportes materiais e que tem como objetivo comum a organização, conservação e disponibilização desse material de referência para construção de conhecimento técnico e/ou histórico.

Por fim, a coexistência de documentos de arquivo, museu e biblioteca em um mesmo espaço, ao passo que parece problemático, possibilita o debate e a construção de novas metodologias e técnicas de tratamento da informação. Sendo assim, os centros de memória surgem como um *locus* de pesquisa importante na área das ciências sociais aplicadas, que vai possibilitar novas respostas a essa necessidade de integração e otimização dos processos de organização, representação e recuperação da documentação.

---

<sup>1</sup> Johanna W. Smit aponta em seu artigo “*O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias*” a relação entre as profissões irmãs da organização da informação, batizadas pela expressão “3 Marias”: a museologia, a arquivística e a biblioteconomia. A citação faz referência a obra de Peter Homolus (1990).

### 3 ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM CENTROS DE MEMÓRIA

Para melhor representação dos acervos que constituem um centro de memória, faremos uma análise individual ressaltando as principais características dos conjuntos documentais custodiados em arquivos, museus e bibliotecas. Após traçar essas características, será analisado o papel do arquivo e as problemáticas de sua organização quando inserido no contexto de guarda de um centro de memória.

Como afirma Bellotto (2006), a forma e função pela qual o documento é criado é o que vai determinar se o mesmo é um documento de arquivo, museu ou biblioteca, e não o suporte sobre o qual está constituído.

Os documentos de arquivo nascem através do registro, viabilização e comprovação de funções e atividades de instituições e pessoas. São documentos únicos, de diversos gêneros e suportes, produzidos e acumulados mediante processo sedimentar, e que chegam à instituição de guarda, de forma geral, através de recolhimento ou transferência.

Para alçarem a categoria de documentos históricos, devem ser considerados de interesse social e de valor permanente, independente do motivo que originou sua produção. Sendo assim, os arquivos, como fontes ou pontes para compreensão do passado, deixariam de servir à sua lógica primeira de produção (função administrativa) e passariam a servir a outro aspecto não excludente: o registro de memórias e fonte de conhecimento sobre o passado.

A organização dessa documentação e sua unidade de tratamento são feitas respeitando o conjunto documental, diferente das bibliotecas e museus que trabalham como a unidade do documento. Esse tipo de organização é imprescindível para manter a autenticidade do documento de arquivo, característica *sine qua non* para definição do mesmo como tal.

Já a natureza da constituição dos documentos de biblioteca é dada pelo recorte técnico-científico-cultural. Os livros são, grosso modo, o resultado direto de uma criação artística ou de uma pesquisa, que tem como finalidade a divulgação desse material através da reprodução de múltiplos exemplares para consulta pública.

Diferente dos arquivos, a biblioteca reúne artificialmente seus documentos a partir de assuntos de interesse da instituição. Seu acervo se dá essencialmente a partir de coleções e seus materiais são adquiridos através de compra, doação ou permuta.

No que se refere a sua organização e tratamento, esta se dá através do item documental, enfatizando a análise do assunto ou conteúdo do documento. O que difere dos arquivos, por exemplo, que tem seu processamento técnico embasado na organização de séries documentais representativas da trajetória da entidade ou pessoa geradora da documentação. Portanto, o documento de arquivo só adquire pleno significado em seu contexto de origem que deve ser investigado para orientar sua organização.

Por fim, tem-se os documentos de museu, uma entidade que se caracteriza como órgão colecionador, isto é, seu acervo se forma de maneira artificial e é classificado de acordo com a natureza do material. A formação do acervo museológico tem em sua origem e desenvolvimento a perspectiva sociocultural, e diferente de arquivos e bibliotecas, o recorte e seleção feitos pelo tema de interesse estão imbuídos de um valor simbólico dado ao objeto, ou seja, o museu trabalha não somente com bens materiais, mas também com bens simbólicos atribuídos de acordo com uma análise estética e histórica do objeto custodiado.

Algumas características citadas acima são reconfiguradas quando inseridas no contexto de um centro de memória, a partir da ideia dos chamados documentos híbridos. O “hibridismo” estaria na possibilidade de um mesmo documento, seja de arquivo, museu ou biblioteca, se encaixar num contexto e configuração diferente da sua natureza documental. Podemos citar, como exemplo, um quadro, que sozinho é essencialmente um objeto museológico, mas quando inserido numa lógica de produção e acumulação de um conjunto documental arquivístico, torna-se também um documento de arquivo. Ou uma carta, que só tem sentido e autenticidade quando vinculada a um conjunto documental arquivístico, mas que pode, através de uma atribuição de valor simbólico, fazer parte de uma exposição, assumindo características essencialmente museológicas.



Vale ressaltar que o tratamento técnico dessa documentação sempre respeitará sua natureza documental, sendo o “hibridismo” uma característica diretamente ligada a potencialidade de uso da documentação existente numa entidade cultural que abriga necessariamente documentos de caráter arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Entendido como um local no qual convergem documentos e informações de diferentes unidades informacionais, os centros de memória e seus acervos são um desafio teórico-metodológico a ser superado.

Como aponta Camargo e Goulart (2015), quanto aos documentos de arquivos inseridos nesse contexto, existe um risco dessa documentação perder sua característica de prova, ou seja, de não representar as ações que deram origem ao documento, transformando-se numa “massa inerte e estéril a que se aplicaria, com alguma propriedade, o epíteto arquivo morto” (CAMARGO, GOULART, 2015, p.92).

Os documentos de arquivos são considerados a “alma” dos centros de memória, pois representam, de maneira geral, a maior parcela do acervo histórico dessas instituições. No entanto, na maioria das vezes essa documentação não reflete claramente as funções e atividades de determinada organização ou pessoa, pois o que chega aos centros de memória são parcelas desses arquivos, já desvinculados de seu contexto de produção e acumulação.

Segundo Tessitore (2012), esse não é o único problema vivenciado pelos profissionais que atuam nesses espaços. São bastante comuns também alguns equívocos provenientes das dificuldades no tratamento de arquivos quando inseridos em centros de memória, que passam tanto pela organização do arquivo institucional da entidade, como pela forma como são identificados os conjuntos documentais de valor histórico.

Segundo a autora, em alguns centros de memória os arquivos institucionais, que registram as atividades administrativas e técnicas da entidade, são confundidos como parte do acervo da instituição ou vice-versa.

[...] no que se refere aos arquivos de museus e centros de documentação, ou das instituições a que estes pertencem, duas distorções são bastante comuns:

- **Tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo** (biblioteca de apoio a suas funções ou coleções temáticas);

lembramos que o arquivo é conjunto de documentos que registra a sua ação administrativa e técnica, e não o produto dessa ação em si.

▪ **Tratar, no outro extremo, o arquivo do centro ou museu como coleção**, promovendo até mesmo desmembramentos para atender a exigências temáticas que descontextualizam os documentos; há casos em que a parte do arquivo tratada como tal é a pertencente ao gênero documental mais comum, o textual, considerada como memória da instituição enquanto os chamados documentos especiais (fotos, filmes, fitas) são preservados como coleções. (TESSITORE, 2002, p. 7).

Ainda segundo a autora, o registro do trabalho de transcrição de um conjunto documental, feito pelos pesquisadores da unidade, é matéria de arquivo, ao passo que os documentos coletados, não. Essas barreiras são absolutamente tênues nos centros de memória e documentação e a solução para o problema está na composição de uma equipe técnica com formação especializada para tratar dessas questões.

Outro desafio está no processamento técnico dos acervos, mais especificamente na identificação desses conjuntos documentais. Enquanto órgãos essencialmente colecionadores, existe sempre um recorte temático que costuma ser respeitado no momento da aquisição de documentos. No entanto, esse recorte pode ser prejudicial na tomada de decisão quanto ao que é relevante para a instituição ou não segundo sua área de interesse, principalmente em se tratando de conjuntos orgânicos como os arquivos.

A consequência dessa seleção é a dificuldade de se identificar os conjuntos documentais em fundos ou coleções. Como descreve Silva (2013), por vezes, um fundo acaba sendo tratado como coleção e uma coleção por fundo. Nesse caso, a autora aponta a necessidade de entender a definição de ambos os conceitos e suas principais diferenças.

No Dicionário Terminologia Arquivística, coleção “é a reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica em comum”. O termo “artificial” empregado pelo Dicionário faz o contraponto com o termo “orgânico”, característica comum aos documentos de arquivos (...) Para os arquivos, um fundo significa um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, que mantêm relação orgânica entre si, já que um documento é mais bem compreendido dentro de seu contexto. (SILVA, 2013 p.44).

Todas essas questões, no entanto, não impedem a prioridade de organização dessa documentação à luz da teoria arquivística, que independente do contexto, deve ter seu processamento técnico ancorado nos seguintes procedimentos:

#### **4 IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO**

O primeiro passo para a organização de um conjunto documental é o reconhecimento de que os documentos custodiados foram constituídos através de funções e atividades diversas e que estas devem ser identificadas e respeitadas. Tendo como base o princípio da proveniência<sup>2</sup>, a organização desses acervos deve descartar a possibilidade de classificação/arranjo<sup>3</sup> embasado em assuntos, temas de pesquisa, suportes<sup>4</sup> ou gêneros documentais<sup>5</sup>.

No contexto dos centros de memória, é imprescindível que o processo de identificação tenha início no momento da aquisição dos acervos pela entidade. É necessário criar critérios para entrada desses conjuntos documentais, visto que o processamento arquivístico vai depender de informações sobre o produtor do arquivo e suas atividades.

Vale lembrar que, independente da identificação do conjunto documental, via de regra, seu processamento técnico deve obedecer aos preceitos arquivísticos. Esse posicionamento é o que vai possibilitar a identificação de vínculos e lógicas de produção e acumulação nos conjuntos documentais.

---

<sup>2</sup> Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo, produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (Arquivo Nacional, 2005, p.136)

<sup>3</sup> Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (Arquivo Nacional, 2005, p.37)

<sup>4</sup> Material no qual são registradas as informações. (Arquivo Nacional, 2005, p.159)

<sup>5</sup> Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico. (Arquivo Nacional, 2005, p.99)

## 1.1 Ordenação dos documentos

Após a identificação dos fundos e coleções, inicia-se o trabalho de arranjo. Nesse momento devem ser consideradas as funções e atividades do produtor do arquivo, identificadas no processo anterior. Em alguns casos, essa identificação não é fácil, sendo necessário um amplo trabalho de pesquisa por parte dos profissionais responsáveis pelo processamento técnico desses acervos.

No século XIX, momento de constituição da arquivologia como campo de saber autônomo, o arranjo arquivístico foi tomado como elemento de distinção em relação aos pressupostos biblioteconômicos. Estabeleceu-se que a classificação arquivística deveria refletir a organização e as funções do órgão produtor e, portanto, respeitar o caráter orgânico dos conjuntos.

Desse modo, foram desenvolvidos dois métodos de arranjo documental: o estrutural e o funcional. E a aplicabilidade desses métodos gerou importantes debates no campo da arquivologia. Para Schelleberg (2005), existe uma dificuldade de por em prática o método estrutural devido, sobretudo, a fluidez das estruturas organizacionais, sendo o método funcional mais adequado para a ordenação dos documentos, visto que toda atividade advém de uma função específica. No entanto, Tessitore (1989) levanta o questionamento se existe realmente aplicação de método puramente estrutural ou funcional, para a autora o que existe é uma predominância da opção pela estrutura para as unidades maiores do quadro de arranjo, em especial para o fundo, e abaixo disso, seria aconselhável a organização funcional.

Segundo Bellotto (2006), o importante é que o arranjo respeite a classificação de origens dos documentos para que se mantenha a organicidade desses documentos. Mesmo em massas documentais acumuladas, o arranjo deve ser baseado nas funções e atividades que originaram os documentos, mesmo que para tal seja necessário um extenso trabalho de pesquisa que as identifique.

## 1.2 Descrição dos documentos

Como tarefa primordial na organização de arquivos permanentes, a descrição arquivística pode ser definida, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa”. É o elo entre o pesquisador e a documentação.

No entanto, com o passar dos anos a descrição parece ter perdido gradativamente o objetivo de prestar contas dos acervos à instituição custodiadora. Para além de promover o acesso e facilitar a recuperação da informação, a descrição passou a esclarecer as relações de proveniência e de contexto na qual os documentos se inserem. Como aponta Leão:

Hoje, a descrição arquivística abandonou a ideia de atender ao interesse de uma determinada linha de pesquisa, das descrições analíticas, e passou a enfatizar o contexto e a função em lugar do conteúdo, iniciando uma nova associação conceitual. Seu propósito tem sido o de criar uma representação para os documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência da existência dos documentos, de favorecer a consulta dos pesquisadores em geral e de determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações de contexto e a relação interna dos documentos. Portanto, o resultado da descrição não é outro que a preservação de significado, o exercício de controle, e a provisão de acesso, concepções que, consideradas em conjunto, refletem todas as ideias que foram associadas com o termo “descrição” ao longo dos séculos. (LEÃO, 2006, p.21).

Por fim, tanto o arranjo quanto a descrição devem buscar sistematicamente a contextualização e o vínculo orgânico dos documentos, bem como o contexto histórico de produção dos arquivos.

Mesmo que não seja uma novidade, essas assertivas apresentam-se, por vezes como um desafio a ser seguido em centros de memória. E isso acontece porque a intenção colecionadora e o recorte temático dessas instituições propicia a aquisição de conjuntos documentais apartados do seu contexto de produção e acumulação.

### 1.3 Instrumentos de Pesquisa

A sistematização de informações geradas durante a organização arquivística de determinado conjunto documental possibilita a constituição de instrumentos de pesquisa, facilitando o acesso e a pesquisa do usuário ao arquivo.

Segundo Lopez, podem ser entendidos como “ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”. (LOPEZ, 2002, p. 10). No que tange sua elaboração, ainda segundo o autor:

A escolha do instrumento de pesquisa a ser produzido deve ser feita em função do estabelecimento de uma política de descrição por parte da entidade. Essa política deve, em primeiro lugar, voltar-se para a efetivação do acesso a todos os arquivos de forma mais ou menos uniforme. (LOPEZ, 2002, p. 36).

Independente do formato, os instrumentos de pesquisa representam um elo da instituição com o pesquisador. Para além do acesso e difusão, essas ferramentas representam a complexidade do processamento técnico realizado nesses acervos, e cabe aos profissionais desses espaços, no momento da elaboração dos instrumentos de pesquisa, representar com clareza todas as informações e potencialidades dos usos dessa documentação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros de memória são espaços que possuem algumas características específicas e que marcam sua composição, entre elas está à heterogeneidade da documentação, que apresenta marcas de seleções anteriores feitas a partir de critérios variados, e um recorte temático específico para sua aquisição.

O acervo de um centro de memória é composto por documentos de arquivo, museu e biblioteca, de diversos gêneros e suportes. Essa miscelânea documental ao passo que enriquece o caráter informativo dessas entidades, também torna-se um

desafio para o tratamento dessas documentações. A composição desses acervos está ligada a origem de cada documento, a unidade de tratamento específico para cada um desses documentos, as características formais para esse tratamento, a análise feita sobre essa documentação, e os problemas de representação característicos de conjuntos documentais que possuem lógicas de tratamento e de apresentação diferenciadas.

Diante disso, ao longo do artigo buscou-se compreender e apresentar não apenas a relação conceitual entre arquivos e centros de memória, mas também a problemática da organização arquivística nessas instituições. Considerando que, na maioria dos casos, os documentos arquivísticos prevalecem sobre os demais na composição dos centros de memória, torna-se clara a necessidade de uma política de tratamento específica para esses documentos. A produção de instrumentos de controle que direcionem o processamento técnico desses acervos, desde o momento da aquisição, é fundamental para que os mesmos não percam seus vínculos e contextos. E para tal, os centros devem contar, sobretudo, com uma equipe profissional interdisciplinar e especializada.

### *Archival perspectives in centers of memory*

#### **Abstract**

*Taking as a focus of study centers of memory, this article intends to present the main settings, uses and meanings of the documentary sets of archival nature in custody in these spaces, and the possibility of (re)configuration of archival document in this context. There will be analyzed the characteristics of the formation and institutionalization of centers of memory, and the challenges encountered in technical processing of its archival collections, which has as its feature is a collecting and heterogeneous composition. This essay is part of a research process that is being developed within the framework of the Graduate Program of documents and files from the Federal University of Rio de Janeiro State, and has as its main thread to analyze the role of files when inserted into centers of memory, emphasizing the importance of the archival perspective in the context of the process of organizing these collections.*

**Keywords:** *Centers of memory. Technical processing. Archival collections.*

#### **REFERÊNCIAS**

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBANTI, Cristina Hilsdorf. **Representação e recuperação da informação em centros de memória**. 2015. 77 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.

LEÃO, Flavia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPEZ, André P. Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: AESP/IMESP, 2002. (Como fazer, 6)

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SHELLEMBERG, Theodore. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos de museus: características e funções. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, p. 35-47, 2013.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função. **Arquivo**: boletim histórico informativo, São Paulo, v.10, n.1, p.19-28, jan/jun. 1989.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.